

Fialho, I.; Saragoça, J.; Silvestre, M. J. & Gomes, S. (2013). Avaliação externa das escolas em Portugal. Que impacto e efeitos na escola e na sala de aula? In A. C. P. Ferreira, Domingos, A. M. & C. Spínola (Orgs.). Nas pegadas das reformas educativas. Actas do I Colóquio Cabo-verdiano (pp.263-273). Praia: Edições Uni-CV [ISBN: 978-989-97833-9-3].

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS EM PORTUGAL. QUE IMPACTO E EFEITOS NA ESCOLA E NA SALA DE AULA?

^aIsabel Fialho; ^bJosé Saragoça; ^cMaria José Silvestre; ^dSónia Gomes

^aUniversidade de Évora; ^bCesNova/FCS-UNL e Universidade de Évora;

^cAgrupamento de Escolas nº 2 de Évora;

^dAgrupamento de Escolas de Castro Verde

ifialho@uevora.pt; jsaragoca@uevora.pt;
mariajosesg.silvestre@gmail.com; scsdgomes@gmail.com

RESUMO

Portugal iniciou, em 2007, um Programa de Avaliação Externa das Escolas, sob a responsabilidade da Inspeção-Geral de Educação. Atualmente está em curso o segundo ciclo de avaliação. Desta avaliação externa resulta um Relatório que é enviado para as escolas e ao qual estas podem responder com um Contraditório. O trabalho que apresentamos é parte de um estudo desenvolvido no âmbito de um projeto de investigação em curso, intitulado «Impacto e Efeitos da Avaliação Externa nas Escolas do Ensino não Superior». A partir da análise dos Contraditórios aos Relatórios oficiais procurámos respostas para duas questões: A avaliação externa teve impacto na escola e conduziu as escolas a implementarem mudanças na organização e em contexto de sala de aula? Se sim, que mudanças foram planeadas e/ou implementadas? Metodologicamente, recorreremos à análise de conteúdo dos Contraditórios, a partir de uma matriz de categorização previamente estabelecida em torno de duas variáveis: «impacto e efeitos do Relatório na escola» e «impacto e efeitos do Relatório na sala de aula».

Os principais resultados evidenciam que, em geral, os Relatórios produzem impactos e efeitos maioritariamente positivos, sendo globalmente assumidos como um instrumento potenciador de autorregulação escolar e de aprendizagem e melhoria contínuas.

Palavras-chave: avaliação externa de escolas; contraditórios; impacto; escola; sala de aula.

RÉSUMÉ

Portugal a commencé, en 2007, un Programme d'Évaluation Externe des Écoles (EEE), sous la responsabilité de l'Inspection Générale d'Éducation. Actuellement, est en cours le deuxième cycle d'évaluation. Cette évaluation externe a produit un Rapport, envoyé aux écoles évaluées, auquel elles

peuvent répondre produisant un Contradictoire.

Le travail que nous présentons est inclus dans une étude, produite en contexte d'un projet de recherche, dont le titre est «Des Impacts et des Effets de l'Évaluation Externe des Écoles de l'Enseignement non Supérieur». L'analyse des Rapports et des Contradictaires officiels, nous a permis de répondre aux questions suivantes: l'évaluation externe a eu un impacte au niveau de l'institution et a conduit les écoles vers un chemin de changements, permettant améliorer soit l'organisation, soit la classe? Quels changements ont été planifiés et/ou accomplis? En ce qui concerne la méthodologie, nous avons mettre en cours l'analyse de contenu des Contradictaires, à partir d'une matrice de catégories établie préalablement autours de deux variables: «des impacts et des effets du Rapport à l'école» et «des impacts et des effets dans la classe». Les principaux résultats indiquent que, en général, les Rapports produisent des impacts et des effets majoritairement positifs, étant globalement considérés comme un outil/instrument d'auto-régulation organisationnel et d'apprentissage et amélioration continues.

Mots-clés: évaluation externe d'écoles; contradictoires; impacte; école; classe.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no projeto de investigação «*Impacto e Efeitos da Avaliação Externa nas Escolas do Ensino não Superior*» (AEEENS) que teve por objetivo evidenciar os *consensos* e as *divergências* entre *Relatórios* e *Contraditórios* produzidos no âmbito do processo de Avaliação Externa das Escolas (AEE), em Portugal. O Projeto AEEENS (projeto PTDC/CPE-CED/116674/2010, financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia de

Portugal) cruza duas das vertentes temáticas que compõem o abrangente tema deste Colóquio, *As pegadas das reformas educativas*. De facto, a questão investigativa central que abordamos insere-se na especificidade da *qualidade das escolas*, problemática que abarca quer o subtema das *políticas educativas*, quer o subtema da *avaliação institucional*.

A avaliação da qualidade das escolas constitui, hoje, um processo generalizado, ainda que diversificado, que assume enorme importância nos sistemas de educação/formação dos países mais desenvolvidos.

A AEE teve início, em Portugal, em 2007, após a publicação da Lei nº 31/2002, sob a responsabilidade da Inspeção-Geral de Educação (IGE), atual Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC). Integrando a dupla vertente de avaliação externa e autoavaliação/avaliação interna, o programa de AEE foi antecedido de uma fase piloto, a qual, por sua vez, surgiu após algumas experiências avaliativas diversificadas, quer na génese, quer nos modelos implementados, quer na área de abrangência. Ele emerge num contexto politicamente marcado: o interesse geopolítico de adesão à então Comunidade Económica Europeia (Fialho, 2011), na década de 80 do século passado, donde resulta, para o campo das políticas educativas, a existência de um modelo de governança educativa que Barroso (2005) denomina de burocrático-profissional.

Este programa opera com um referencial que permite a avaliação das escolas ao nível dos resultados e das diferentes áreas e domínios da organização, gestão e liderança. O primeiro ciclo avaliativo decorreu entre 2006-2011 e o segundo ciclo teve início em 2011-2012, estando atualmente em curso. Desta avaliação externa resulta um Relatório, que é enviado para as escolas, ao qual estas podem responder com um Contraditório.

A AEE assume, atualmente, uma dimensão instrumental de regulação do sistema educativo (IGE, 2012; OCDE, 2012), devendo os seus resultados servir de base a decisões de política educativa de nível macro, meso e micro, constituindo-se assim como sustentáculo dessas decisões (Terrasêca, 2010).

2. QUESTÕES E OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo centrou-se na análise de conteúdo de Contraditórios redigidos pelas escolas portuguesas, no âmbito do 1º e do 2º ciclos da AEE, com vista à construção de significados, a partir de elementos discursivos explícitos e/ou implícitos, sobre eventuais impactos e efeitos do Relatório.

Em concreto, perspetivámos encontrar respostas para as seguintes interrogações: *a avaliação externa teve impacto nas escolas e conduziu as unidades de gestão escolares a implementarem mudanças na organização e em contexto de sala de aula? Se sim, que mudanças foram planeadas e/ou implementadas?*

3. MÉTODO

Centrámo-nos no paradigma interpretativista, assumindo, por conseguinte, que o conhecimento emerge como resultado das interpretações dos investigadores acerca das perceções manifestadas pelos atores escolares nos Contraditórios aos Relatórios da AEE. Assim, levámos a cabo uma abordagem predominantemente qualitativa, por considerarmos que seria esta a que melhor responderia aos objetivos da investigação. Trata-se de um estudo contextualizado, no qual analisámos um largo número de informações complexas e pormenorizadas, que teve por base a análise discursiva documental de 69 Contraditórios elaborados pelas escolas.

Os critérios de seleção da amostra foram os seguintes: 1) representação das quatro regiões da área territorial da IGEC; 2) Contraditórios relativos a unidades orgânicas participantes nos 1º e 2º ciclos avaliativos; 3) Contraditórios relativos a unidades orgânicas que obtiveram classificações mais altas e mais baixas, em cada um dos ciclos avaliativos.

A amostra é constituída por 100 escolas, 50% das quais obtiveram as

classificações mais altas nos relatórios e 50% tiveram as classificações mais baixas. Foram analisados todos os contraditórios (N=69) da amostra o que significa que apenas 35% exerceram o direito de contraditório, sendo 37 do 1º ciclo avaliativo e 32 do 2º ciclo.

A recolha e a análise dos dados iniciaram-se com a produção da matriz de categorização, que incluiu a definição das subcategorias, usadas na análise de conteúdo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos *Impacto e efeitos do Relatório na escola*, encontramos referências que evidenciam quer aspetos positivos quer aspetos negativos que decorreram da AEE nas escolas como podemos constatar no Quadro 1.

Quadro 1: Comparação entre os Contraditórios do 1º e do 2º ciclo avaliativos, no que diz respeito às mudanças planeadas ou implementadas nas escolas a partir da AEE

Ciclos avaliativos Subcategorias	1.º ciclo de AE						2.º ciclo de AE						TOTAL	
	Classifica-ções mais baixas		Classificações mais altas		Total		Classifica-ções mais baixas		Classifica-ções mais altas		Total			
	N=20	%	N=17	%	N=37	%	N=24	%	N=8	%	N=32	%	N=69	%
Oportunidade de melhoria	7	35%	5	29%	12	32%	7	29%	2	25%	9	28%	21	30%
Promoção da reflexão interna	4	20%	3	18%	7	19%	13	54%	4	50%	17	53%	24	35%
Responsabilização da Escola/AE	0	0%	1	6%	1	3%	0	0%	1	13%	1	3%	2	3%
Motivação dos atores	0	0%	3	18%	3	8%	1	4%	1	13%	2	6%	5	7%
Mobilização para a ação coletiva	0	0%	2	12%	2	5%	3	13%	0	0%	3	9%	5	7%
Maior sucesso da Escola/AE	1	5%	0	0%	1	3%	1	4%	0	0%	1	3%	2	3%
Desmotivação dos atores	1	5%	0	0%	1	3%	1	4%	0	0%	1	3%	2	3%
Diminuição da imagem externa da escola	0	0%	1	6%	1	3%	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%

A leitura do quadro permite-nos verificar que:

- globalmente, os impactos do Relatório nas escolas são mais visíveis no 2º ciclo do que no 1º ciclo da AEE; os impactos negativos do Relatório são residuais em ambos os ciclos avaliativos – [‘desmotivação dos atores’ (3%) e ‘diminuição da imagem externa da escola/AE’ (1%)];

- nos Contraditórios do 1º ciclo avaliativo, a subcategoria ‘Oportunidades de melhoria’ é a que regista mais ocorrências (32%), pese embora o facto de, nos Contraditórios do 2º ciclo, o impacto mais significativo dos Relatórios da AEE se verificar na subcategoria ‘Promoção da reflexão interna (53%)’;

- o discurso dos Contraditórios assume, ainda, como impactos importantes dos Relatórios ‘a motivação dos atores’ e ‘a motivação para a ação coletiva’, orientada para a melhoria da qualidade educativa, expressões identificadas em 7% dos Contraditórios.

As referências seguintes, retiradas dos Contraditórios, ilustram o impacto da avaliação externa na promoção da reflexão interna – “*Constituindo o relatório recebido mais um instrumento de reflexão e debate para a comunidade educativa, a sua divulgação, análise e conseqüente debate foi imediatamente promovido*”, e na oportunidade de melhoria contínua – “*os pontos fracos evidenciados no vosso relatório serão considerados oportunidades de melhoria na senda da melhoria contínua de resultados e práticas de funcionamento*”.

No que se refere aos **Impactos e efeitos do Relatório em contexto de sala de aula**, a análise que efetuámos revelou que os Contraditórios descortinam muito pouco sobre as mudanças que, nesse âmbito, decorreram da AEE. Efetivamente, apenas dois Contraditórios do 1º ciclo da AEE contêm asserções que indiciam que, à data da sua redação, já tinham sido implementadas mudanças, a partir do diagnóstico traçado pela AEE: “*De notar que algumas das sugestões apresentadas pela equipa de*

avaliação foram já implementadas” e “Na sequência da avaliação externa, o Agrupamento já pode contar com a existência de um conjunto de materiais, para o ensino das ciências e actividades experimentais”.

Na verdade, as unidades de gestão que optaram por redigir um Contraditório fizeram-no no curto espaço de tempo pré-estabelecido, logo após a receção do Relatório, sem que houvesse oportunidade de observar/ avaliar a abrangência dos impactos e efeitos do mesmo sobre a organização.

Todavia, nos Contraditórios são frequentes as referências à importância da AEE e, em particular, do respetivo Relatório, para a melhoria das dinâmicas e dos serviços prestados pelas organizações escolares. Em alguns Contraditórios (poucos) especificam--se as modificações que se pretendem implementar, nomeadamente em contexto de sala de aula, como se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2: Comparação entre os Contraditórios do 1.º e do 2.º ciclo avaliativos, no que concerne às mudanças que as escolas afirmam pretender implementar

Ciclos avaliativos	1.º ciclo de AE						2.º ciclo de AE						TOTAL	
	Classifica-ções		Classificações		Total		Classifica-ções		Classifica-ções		Total			
	mais baixas		mais altas				mais baixas		mais altas					
Subcategorias	N=20	%	N=17	%	N=37	%	N=24	%	N=8	%	N=32	%	N=69	%
Afirmação da intenção de proceder a mudanças, sem referir se as mesmas são ou não ao nível da sala de aula	11	55%	6	35%	17	46%	11	46%	5	63%	16	50%	33	48%
Afirmação da intenção de proceder a mudanças em contexto de sala de aula	1	5%	1	6%	2	5%	0	0%	0	0%	0	0%	2	3%

A análise dos dados do Quadro, relativos aos 37 Contraditórios do 1º ciclo avaliativo, permite-nos chegar aos seguintes resultados:

– dos 20 Contraditórios de escolas com classificações mais baixas, em apenas uma (5%) consta, de forma explícita, que há uma intenção de, no futuro, se implementarem mudanças em contexto de sala de aula. No entanto, em 11 desses 20 Contraditórios (55%) afirma-se a intenção de proceder a mudanças, sem referir se as mesmas se situam ou não ao nível da sala de aula;

– dos 17 Contraditórios emanados de escolas com classificações mais altas, somente um (6%) contém, de forma explícita, referências à intenção de proceder, no futuro, a mudanças em contexto de sala de aula. Porém, em 6 (35%) afirma-se que se planeiam mudanças, sem especificar se estas são ou não ao nível da sala de aula.

No que diz respeito ao 2º Ciclo da AEE, a análise do Quadro anterior evidencia que:

– dos 24 Contraditórios de escolas com classificações mais baixas, em 11 (46%) afirma-se a intenção de proceder a mudanças, sem referir se estas se situarão ou não em contexto de sala de aula;

– dos 8 Contraditórios de escolas com classificações mais altas, em 5 (63%) afirma-se que se planeiam mudanças, sem especificar se estas são ou não ao nível da sala de aula.

Estabelecendo comparações entre as informações destacadas no texto anterior, parece poder afirmar-se que:

– não existe, em ambos os ciclos avaliativos, uma diferença expressiva entre as escolas avaliadas com classificações mais baixas e as que obtiveram classificações mais altas, no que concerne à expressão da intenção de proceder a alterações ao nível da sala de aula;

– relativamente à intenção de implementar mudanças na organização mediante o *feedback* emitido pelos avaliadores externos (sem especificar o tipo de alterações), as escolas com níveis mais baixos de classificação no 1º ciclo da AEE expressam-no em maior número nos seus Contraditórios, verificando-se a tendência contrária no 2º ciclo avaliativo, cabendo esse papel às unidades de gestão com níveis mais altos de classificação.

5. CONCLUSÃO

A partir do que expusemos cremos poder concluir que as organizações escolares realizaram já um caminho no sentido de compreenderem melhor a importância e o sentido da prestação de contas através da AEE, principalmente as que obtiveram classificações mais altas, revelando a intenção de implementar mudanças de acordo com as sugestões deixadas pelos avaliadores externos. De facto, cerca de metade dos Contraditórios (48%) evidencia a intenção dos atores procederem a mudanças, embora seja residual o número daqueles que destacam as mudanças planeadas ou implementadas ao nível da sala de aula.

Constatámos ainda que os Contraditórios evidenciam a ocorrência de impactos e efeitos dos Relatórios nas escolas, maioritariamente impactos positivos, sendo os impactos negativos residualmente referidos.

Destacamos a aprendizagem organizacional que as escolas efetuaram ao longo do período em estudo (entre 2006 e 2012). De facto, as escolas assumem expressamente que uma *boa* classificação pode não ser um sinal de que tudo está bem, ou de nada há a mudar ou a melhorar, no sentido da prestação de um serviço educativo de excelência. A análise dos Contraditórios evidenciou ainda o carácter formativo atribuído pelas escolas à AEE, sendo o Relatório acolhido como um instrumento potenciador de autorregulação e de aprendizagem e melhoria contínuas. Efetivamente, o Relatório produzido pela AEE parece cumprir os objetivos de promoção da

melhoria organizacional, ao promover a reflexão interna, a autocrítica e a autoavaliação das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade* [On-line], Campinas, 26 (92), 725-751, Especial - Out. 2005. Retirado de <http://www.cedes.unicamp.br>.

Fialho, I. (2011). A avaliação externa das escolas no Alentejo. In Bravo Nico (Coord.), *Escola(s) do Alentejo: um mapa do que se aprende no sul de Portugal*. Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo, 262-271.

IGE (2012). *Avaliação externa das escolas: avaliar para a melhoria e a confiança - 2006-2011*. Lisboa: MEC. Retirado de http://www.ige.min-edu.pt/upload/Relatorios/AEE_2006_2011_RELATORIO.pdf.

Lei n.31 (2002, 20 de dezembro). Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do sistema Educativo).

OCDE (2012). Santiago, P., Donaldson, G., Looney, A., & Nusche, D. (2012). *OECD reviews of evaluation and assessment in education: Portugal 2012*. OECD Publishing.

Terrasêca, M. (2010). *Avaliação externa - Porquê e para quê? Contributos para um parecer sobre a avaliação externa de escolas*. (Parecer apresentado ao CNE em Junho de 2010).